



DECISÃO GABPRES

Processo Administrativo nº 2021/000021071-00

Interessado: Coordenadoria de Licitação

Requerida: VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA

Assunto: Apuração de Responsabilidade CNPJ: 08.144.338/0001-29.

Trata-se de processo administrativo instaurado por intermédio do Ofício n.º 49/2021-COLIC/TJAM acostado em id. 0375330, pelo qual a Coordenadoria de Licitação solicita apuração de responsabilidade, por infração ao art. 7º da Lei 10.520/02, em face da empresa **VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA, CNPJ/CPF: 08.144.338/0001-29** no Pregão Eletrônico n.º **026/2018, Processo Administrativo 2017/024655**.

Em id. 0410517, Decisão desta Presidência no sentido de determinar a instauração de procedimento de apuração de responsabilidade em face da Pessoa Jurídica **VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA, CNPJ/CPF: 08.144.338/0001-29**, com a consequente notificação da empresa requerida para apresentar defesa prévia nos termos do §2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Por intermédio do Documento de id. 0425017 e anexos, é apresentada a defesa prévia, em que alega, sucintamente: (i) que por uma infelicidade interna não pôde apresentar documentação tempestivamente; (ii) que a empresa solicitou reabertura de prazo suplementar. Por fim, requer que não seja aplicada penalidade à empresa.

A Assessoria Administrativa da Secretaria-Geral de Administração, por intermédio do Parecer exarado em id. 0426630, opinou pela aplicação de pena de advertência em face da empresa supracitada.

Ante o exposto e com fulcro nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, acolho o retromencionado parecer por seus jurídicos e legais fundamentos, pelo que os adoto como minhas próprias razões de decidir, para aplicar a pena **ADVERTÊNCIA** em face da empresa **VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA, CNPJ/CPF: 08.144.338/0001-29**.

Ressalte-se que a penalidade aplicada deve ser inscrita no SICAF (art. 40 da Resolução nº 2/2010-SLTI/MPOG) e no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, bem como todos os atos praticados obrigatoriamente divulgados no Diário da Justiça Eletrônico e no site do Tribunal de Justiça do Amazonas.

À **Secretaria de Expediente** para cientificar a empresa e, caso não haja recurso, encaminhe-se o feito à Coordenadoria de Licitação para as providências cabíveis em face da contratada.

Cumpra-se com as cautelas de praxe.

Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira**
Presidente TJ/AM

DECISÃO GABPRES

Processo Administrativo nº 2021/000021030-00

Interessado: Coordenadoria de Licitação - COLIC/TJAM

Requerida: LUIZ FERNANDO BORGES

Assunto: Apuração de Responsabilidade

Trata-se de processo administrativo instaurado por intermédio pela Coordenadoria de Licitação deste Tribunal de Justiça - COLIC, pelo qual solicita apuração de responsabilidade por suposta infração ao art. 7º, da Lei 10.520/02 por parte da Pessoa Jurídica **LUIZ FERNANDO BORGES, CNPJ: 27.210.985/0001-36**.

Em id. 0411047, Decisão desta Presidência no sentido de determinar a instauração de procedimento de apuração de responsabilidade em face da Pessoa Jurídica LUIZ FERNANDO BORGES, CNPJ: 27.210.985/0001-36, com a consequente notificação da empresa requerida para apresentar defesa prévia nos termos do §2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Por intermédio do Processo Administrativo SEI n.º 2022/000000586-00 é apresentada a defesa prévia, em que alega, sucintamente, (i) que como foi classificada em quarto lugar, presumiu que não poderia se sagrar vencedora do certame; (ii) que não houve a devida suspensão do certame quando da análise da documentação dos demais licitantes. Por fim, requer que não seja aplicada penalidade à empresa.

A Assessoria Administrativa da Secretaria-Geral de Administração, por intermédio do Parecer exarado em id. 0426611, opinou pela aplicação de pena de advertência em face da empresa supracitada.

Ante o exposto e com fulcro nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, acolho o retromencionado parecer por seus jurídicos e legais fundamentos, pelo que os adoto como minhas próprias razões de decidir, para aplicar a pena **ADVERTÊNCIA** em face da empresa **LUIZ FERNANDO BORGES, CNPJ: 27.210.985/0001-36**.

Ressalte-se que a penalidade aplicada deve ser inscrita no SICAF (art. 40 da Resolução nº 2/2010-SLTI/MPOG) e no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, bem como todos os atos praticados obrigatoriamente divulgados no Diário da Justiça Eletrônico e no site do Tribunal de Justiça do Amazonas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

PARECER - TJ/AM/AASGA/TJ

Trata-se de processo administrativo para apuração de responsabilidade em face da empresa **VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA, CNPJ/CPF: 08.144.338/0001-29**, em razão de descumprimento ao art. 7º da Lei 10.520/2002 e Cláusula 28.1 referente ao Pregão Eletrônico nº 026/2018.

Em documento de id 0410203 esta Assessoria emitiu parecer opinando pela abertura de procedimento de apuração de responsabilidade da licitante por descumprimento do art. 7º da Lei 10.520/2002, sugerindo, por fim, a notificação da mesma para apresentação de defesa prévia, nos termos do inciso LV, do art. 5º da CF/88. Decisão (id 0410517) acolheu o Parecer.

Defesa Prévia da empresa (id 0425035) em que alega, sucintamente: (i) que por uma infelicidade interna não pôde apresentar documentação tempestivamente; (ii) que a empresa solicitou reabertura de prazo suplementar. Por fim, requer que não seja aplicada penalidade à empresa.

É o relatório.

Compulsando os autos constata-se que a empresa não enviou documento necessário ao certame, como verificado em documento de id 0375331 (fl. 63) dos autos:

Recusa da proposta. Fornecedor: VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA, CNPJ/CPF: 8.144.338/0001-29, pelo melhor lance de R\$ 166.300,0000. Motivo: Proposta de Preços RECUSADA em decorrência da INABILITAÇÃO da Licitante que deixou de encaminhar, dentro do prazo estabelecido, documento necessário (16.3.c do Edital) à Etapa de Habilitação.

Os interessados em participar de licitações públicas devem apresentar toda a documentação necessária. É o que se extrai da leitura do art. 7º da Lei nº 10.520/02:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Constata-se, ademais, que a proposta da empresa **VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA, CNPJ/CPF: 08.144.338/0001-29**, foi classificada e a empresa foi notificada para apresentar documentação.

A Defesa Prévia apresenta pela empresa não elementos capazes de infirmar os

apontamentos feitos por esta Administração. A alegação de que não pôde encaminhar a documentação tempestivamente não é capaz de elidir sua responsabilidade.

Quando à alegação de possível abertura de prazo suplementar, cabe destacar que a empresa foi notificada por 03 (três) vezes e, portanto, teve tempo hábil para apresentação da documentação.

Analisando a conduta “deixar de apresentar documentação exigida para o certame”, a infração prevista comporta exame jurídico bastante peculiar. Deve tomar-se cautela para evitar que toda e qualquer hipótese de ausência documental propicie sancionamento, o que produziria resultado muito além do pretendido pelo legislador.

Não se pode descuidar que a não apresentação de documentação exigida no edital acaba impossibilitando a homologação do vencedor e adjudicação do objeto, acarretando prejuízos à Administração Pública ante o tempo e trabalho despendidos.

A dosimetria da sanção deve obedecer aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Sendo que a aplicação da pena máxima deve ser restrita aos casos mais graves.

A conduta da empresa, ao não enviar documentação exigida no Edital no prazo, ensejou retardamento no trâmite licitatório com a desclassificação da proposta e consequente homologação de proposta menos vantajosa, outrossim, não causou prejuízos de grande monta à Administração ou ao certame licitatório. Logo, a aplicação da sanção em seu máximo é medida flagrantemente desproporcional.

Sendo assim, ante a atuação da empresa na resolução da questão e a primariedade da mesma, a sanção de advertência afigura-se como proporcional e razoável.

Ante o exposto, **esta Assessoria opina pela aplicação da sanção de advertência, em face da empresa VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA, CNPJ/CPF: 08.144.338/0001-29.**

Considerando tratar-se de decisão da competência de autoridade superior, submeta-se o presente parecer à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

É o parecer.

Manaus/AM, 11 de janeiro de 2022.

Carlos Ronaldo Lima Barroco Filho

Diretor da Assessoria Administrativa da SGA



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RONALDO LIMA BARROCO FILHO, Diretor(a)**, em 12/01/2022, às 09:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0426630** e o código CRC **5D7D8FAD**.